

Racializadas Mulheres: A Escrevivência como reparação epistemológica

Racialized Women:
Escrevivência as epistemological reparation

Saroni Melo Pimentel
Universidade Federal do Paraná
<https://orcid.org/0000-0002-2521-8693> 

Informações completas sobre autoria estão no final do ensaio 

Resumo: Diante de um exitoso e nefasto sistema hegemônico supremacista que tratou de racializar a humanidade com a finalidade de subjugar diferentes mentes e corpos, muitas instituições acadêmicas trataram de abraçar uma metodologia científica universal altamente alinhada a uma perspectiva epistemológica racionalista e eurocentrada. Por muito tempo, a ciência se pautou em ideias que não contemplavam a diversidade de saberes e seres. Além disso, a pretensa universalidade científica do saber pode causar, entre outras situações, constrangimento e opressão à pessoas que se valem de outras vertentes epistemológicas. Nesse sentido, o texto aborda sobre o domínio que a colonização exerce sobre corpos racializados e sobre como a lógica colonialista causa violência de caráter epistêmico, especialmente, contra racializadas mulheres dentro dos espaços acadêmicos. Apropriar-se do conceito de Escrevivência como uma alternativa de metodologia científica, portanto, parece ser um excelente caminho de reparação epistemológica na medida em que reconhece saberes e escritos subalternizados enquanto científicos apontando para novas possibilidades que transformam a ciência e a vida.

Palavras-chave: Escrevivência; epistemologia; ciência; colonialismo; historiografia.

Abstract: Faced with a successful and malefic supremacist hegemonic system that sought to racialize humanity in order to subjugate different minds and bodies, many academic institutions have sought to embrace a universal scientific methodology highly aligned with a Eurocentric and rationalist epistemological perspective. For a long time, science was based on ideas that did not consider the diversity of knowledge and beings. Furthermore, the claim of scientific universality of knowledge can cause, among other situations, embarrassment and oppression to people who use other epistemological approaches. Thus, the text addresses the dominance that colonization exerts over racialized bodies and about how colonialist logic causes epistemic violence, especially with racialized women, including academic spaces within. Appropriating the concept of Escrevivência as an alternative scientific methodology, therefore, seems to be an excellent path to epistemological reparation insofar as it recognizes knowledge and writings that are subalternized as scientific, pointing to new possibilities that transform science and life.

Keywords: Escrevivência; epistemology; science; colonialism; historiography.

CONTRA A CORRENTE

Ao longo de um tempo eu fui levada a crer que a arte e a poesia, nos espaços em que se produz ciência, não cabiam. A princípio, eu não acreditei, mas penei. Penei por não conseguir produzir e nem mesmo existir em um lugar que parecia não ser para mim. Lutas, dores, alegrias, tantas descobertas! Mais lutas, mais dores. Resisti. E se hoje estou aqui é porque nunca estive só.

Minha vida sempre foi regada à arte e poesia. Como um dia escreveu o meu conterrâneo Gilberto Gil (1965) “eu vim da Bahia” e minha paixão pela arte se inicia ainda pequenina, nessa boa terra. Aos três anos lembro-me de ter subido ao palco de um teatro pela primeira vez. Holofotes, aplausos, a energia do público baiano; como era delicioso estar ali! Desde então, tive contato com diversas expressões artísticas: dança, teatro, canto, fotografia, até me enveredar no ofício da escrita.

A questão é que se tratava de uma tal escrita acadêmica e “como é difícil para nós [racializadas mulheres], pensar que podemos escolher tornar-nos escritoras” (Anzaldúa, 1980, p. 230) ainda mais em um espaço de produção de conhecimento. Infelizmente, naquele espaço em que eu me encontrava, a arte parecia não caber e logo eu, uma adepta das artes, precisava me enquadrar nos padrões de rigor acadêmico para ter uma escrita validada e, assim, prosseguir com a trajetória de pesquisadora.

Ao chegar no Sul do Brasil, percebi que essa normativa era muito mais evidente. Não apenas minha escrita, mas a minha voz fora silenciada inúmeras vezes dentro do espaço acadêmico. Como poderia eu, uma mulher negra, nordestina, embebida pela arte e cultura baiana, não trazer comigo toda essa influência cultural e ancestral para o espaço de produção científica?

Organicamente, como bem explica o mestre Nêgo Bispo (2015), eu buscava me distanciar daquela ideia de universalismo colonial científico e me inclinava para uma escrita mais poética e afetiva, onde o emprego do “eu” se tornava mais uma liberdade epistemológica do que uma escolha de escrita (Jablonka, 2020). Ainda que, inevitavelmente, influenciada pelos critérios dos rigores acadêmicos em minha escrita, tentando desaprender as tolices pseudo-intelectualizadas impostas, tecnicamente, pelo universo acadêmico (Anzaldúa, 1980), eu entendia que “no âmbito das regras que constituem um método, somos livres. E ninguém deve se desculpar por querer exercer sua liberdade” (Jablonka, 2020, p. 19). No entanto, querer exercer essa liberdade me custaram profundas marcas as quais carregarei por toda minha trajetória, não apenas acadêmica, mas de vida.

Ao longo desse processo, encontrei muitas pessoas e autoras inspiradoras que me estenderam a mão de forma literal ou, mesmo, simbólica. Foi com uma dessas autoras que encontrei inspiração ao longo de minha jornada acadêmica:

Navegar é preciso, embarcar nas águas da memória, içar velas mar adentro, retomar o caminho, buscar a história emaranhada em direção a volta [...] (BRITO, 2011, p. 27).

Foram nas poéticas palavras de Conceição Evaristo que descobri um caminho afetuoso para trilhar a pesquisa. A poesia de Evaristo não me deixava esquecer que para percorrer as águas da memória, em busca das histórias de vidas, muitas vezes expropriadas do direito de existir, era preciso navegar águas muito densas. O que eu não sabia, até então, é que eu precisaria navegar contra a corrente.

Remar contra o fluxo é difícil. Cansa. Às vezes faltam braços, o fôlego fica escasso e, então, nos deixamos levar pela correnteza que nos arrasta rio abaixo; mas logo percebemos que o nosso rumo é na direção contrária e, novamente, nos pomos a nadar contra a correnteza.

Hoje, após um breve período de respiro e inserida num espaço que bem acolhe minha voz e minha escrita, pude ter a dimensão do processo o qual fui acometida, mas também, tomei conta do tamanho da missão que me é legada.

Não escrevo por mim. Escrevo por muitas. Por muitas das racializadas mulheres que não tiveram a oportunidade de se utilizar da escrita como sua ferramenta de resistência. Colocar em signos gráficos nossas pautas e demandas é, também, uma forma de resistir (Evaristo, 2020) e, desse modo, seguirei sendo a insubordinada mulher pesquisadora que escreve a partir da sua vivência, aliada às mulheres que contam experiências políticas através de suas insubmissas vozes. Juntas, haveremos de descobrir um novo horizonte de possibilidades que transforme a ciência e a vida.

Iniciarei esse trajeto, abordando a respeito do domínio que a colonização exerce sobre corpos racializados. Em seguida, falarei sobre como essa lógica colonialista pode causar diversas violências, inclusive, dentro dos espaços acadêmicos. E, por fim, abordarei sobre o conceito de Escrevivência, cunhado por Conceição Evaristo, e a vocação desse conceito para um caminho de reparação epistemológica.

UM EXITOSO CONTRATO

Será que quando chegam nossos corpos na academia e na política, consideram nossas presenças e nossas ideias? (Célia Xakriabá, 2024)¹.

O questionamento de Célia Xakriabá proferido em sua cerimônia de defesa de tese, intitulada *Ancestralterra: sabedoria indígena na política e na universidade*, nos leva a refletir sobre quão vulneráveis nós, mulheres negras e indígenas, nos tornamos quando ocupamos espaços que não foram idealizados por e para nós.

¹ Questionamento de Célia Xakriabá por ocasião da sua defesa de tese disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=WEQgnFOWFQ> Transmitido ao vivo em 30 de outubro de 2024. Acesso em 06 de junho de 2025.

Ainda que seja necessário realizar esse movimento de retomada dos espaços institucionais de decisão, as quais permanecem política e historicamente nas mãos de uma determinada classe dominante – a saber a branquitude – é preciso ter noção de que essa tarefa é árdua e exige muita luta e coragem.

Muitas vezes, quando praticamos nossas atividades e demandas acadêmicas, tais como textos, seminários ou palestras, é possível notar algumas expressões de desaprovação daquilo que, por nós, está sendo exposto. É como se, para alguns, o que escrevemos ou falamos, não tivesse validade científica ou soasse como “militância”, ou até mesmo, “vitimismo” dentro do espaço institucional.

Ultimamente, pessoas que lutam pela pauta de reparação das identidades minoritariamente representadas nos espaços institucionais, sejam políticos ou acadêmicos, têm sido constantemente acusadas de “identitárias” e, pasmem, essa acusação é feita, inclusive, por setores sociais que, muitas vezes, dizem abraçar as nossas pautas.

Essa acusação é injusta e cruel. Ora! a política institucional é majoritariamente branca, masculina, heteronormativa e continua a pautar, prioritariamente, as demandas de uma supremacia branca neoliberal. Pesquisadores que ocupam os espaços onde se dissemina a produção de conhecimento, vangloriam-se por exercer uma metodologia científica universal altamente alinhada a uma perspectiva epistemológica eurocentrada e racionalista. Pergunto: há algo mais identitário que o universalismo branco e masculino?

Quando nos propomos exaltar e levantar as bandeiras da população negra e quilombola, da população indígena ou da população LGBTQIAP+, não estamos fazendo uma ode a uma política identitária individualista ou vazia de propósito, muito pelo contrário, cada uma de nós, dentro das nossas bandeiras, representa um projeto de sociedade que se baseia no bem viver coletivo, que preza pelo respeito à diversidade de mentes e corpos outrora expropriados de seus direitos básicos sociais. Não se trata de identitarismo, mas de humanismo.

Em sua obra *O Contrato Racial*, o professor Charles Mills explica que a supremacia branca é um sistema político poderoso e muito eficaz no que se propõe. Segundo o autor, o contrato racial é político, moral, epistemológico e opera através de um acordo – entre signatários ou não – de normatização dos dispositivos raciais que demarcam uma sociedade de exclusão e subordinação (Mills, 2023; Carneiro, 2005).

Uma das principais interlocutoras do pensamento de Charles Mills no Brasil, Sueli Carneiro embasa sua tese no autor e defende que esse sistema hegemônico de supremacia branca tem sua genealogia na colonialidade, que tratou de racializar a humanidade com a finalidade de subjugar diferentes corpos (Carneiro, 2005). A escritora continua:

[...] a racialidade é aqui compreendida como uma noção produtora de um campo ontológico, um campo epistemológico e um campo de poder

conformando, portanto, saberes, poderes e modos de subjetivação cuja articulação institui um dispositivo de poder (CARNEIRO, 2005, p. 56).

Esse dispositivo de poder, segundo Sueli Carneiro (2005), é o mecanismo contratual e hegemônico que determina os corpos que devem viver e os que devem morrer. Como não se afetar diante de algo tão perverso?

Por isso, quando bradamos e exaltamos nossa identidade, estamos realizando o legítimo exercício de resistir e existir, afinal, somos nós, pessoas negras, indígenas ou LGBTQIAP+ quem somos assoladas todos os dias nesse país embebecido por tantas violências raciais e de gênero.

No caso da população indígena – em que se debruçam minhas pesquisas – mesmo com a derrota de um governo declaradamente racista e que sistematizou inúmeros ataques à população originária (entre os anos de 2018 e 2022), a violência insiste em continuar.

Segundo relatório do Conselho Indigenista Missionário (CIMI),

Entre o primeiro e o último momento do ano, o rastro de violência contra os povos indígenas se manteve e, em alguns casos, cresceu. Comunidades indígenas permaneceram assediadas em seus territórios, ameaçadas permanentemente, pulverizadas com agrotóxicos ou despejadas para as beiras de estradas. Os direitos dos povos indígenas acabaram sendo negociados nos bastidores de sempre e foram sacrificados cada vez que confrontavam grandes empreendimentos. A demarcação dos territórios indígenas avançou muito pouco; muito aquém do esperado, bem longe do necessário e na contramão do urgente (CIMI, 2024).

O relatório aponta ainda que a inércia e a falta de urgência do Estado acabam por escancarar a ineficácia de sustentar políticas públicas que suprimem as sistêmicas violências direcionadas à população indígena.

Não há como calar-se diante de dados tão contundentes e definidores. É lamentável constatar que mesmo um governo que ascendeu a rampa do Planalto Central em Brasília acompanhado de representantes de diversos setores da sociedade – inclusive de uma das maiores lideranças indígenas do país, a saber, o Cacique Raoni – e que instaurou o primeiro Ministério dos Povos Indígenas da história do país não consiga instituir, de modo definitivo e eficaz, políticas direcionadas à população originária.

Essa constatação só torna mais visível a funcionalidade do contrato racial e suas nefastas consequências. Não há outra alternativa, portanto, senão buscar meios que enfrentem essa lógica e que contra colonizem, nas palavras do mestre Antônio Bispo dos Santos (2015), o Nêgo Bispo, esse contrato e seus signatários, a fim de apontar para um caminho legítimo de justiça e reparação.

VIOLÊNCIA EPISTÊMICA

“Você só quer fazer o que você quer”; “eu não quero saber o que você acha, eu quero que você faça ciência”; “você está utilizando um monte de literatura velha”; “brasileiros são ótimos em problema de pesquisa, mas péssimos em metodologia” – essas foram apenas algumas das frases que tive o desprazer de ouvir por ocasião do meu curso de mestrado. As condições hierárquicas que se impõem dentro da institucionalidade acadêmica acabam por permitir a reprodução de diversas opressões às minorias ali representadas.

Quando se trata de racialidade, no contexto de produção científica brasileira, poucas são as pesquisadoras negras e indígenas que conseguem adentrar o espaço institucional acadêmico para realizar produções com narrativas genuinamente afro-indígenas – fato esse que podemos constatar pela simples ação de olhar para os lados quando estamos em uma sala de aula, em especial de uma turma de mestrado, ou doutorado. Afinal, quantas de nós ali estão?

Se somos poucas entre o corpo discente, somos ainda muito menos entre o corpo docente. Nós, pesquisadoras negras e indígenas, contamos com pouquíssimas referências e representações acadêmicas que pautem a ciência a partir das nossas visões e raízes. Os nossos corpos e mentes, não são a maioria que habitam os espaços onde se produz ciência, consequentemente, nossa episteme muitas vezes não é respeitada, muito menos acolhida. As nossas contribuições científicas raramente são pautadas ou estão no cerne das discussões científicas.

Na minha jornada acadêmica de mestrado não foi diferente, a começar pela particularidade de ser eu, a única mulher negra na turma de 2020. Ao longo do programa, através dos muitos autores que me foram apresentados, percebi a insistente influência colonizadora não apenas em algumas das obras trabalhadas em sala de aula, mas na mentalidade de grande parte do corpo docente, assim como já afirmado pelo professor José Jorge de Carvalho, “sobre o caráter excessivamente eurocêntrico das nossas universidades e da sua mentalidade colonizada de origem” (2024, p. 80).

A insistente metodologia racionalista, que desconsidera uma série de complexidades e subjetividades próprias do ser humano em prol de uma universalidade científica, produz amarras epistemológicas que nos impedem de enxergar para além desse método colonialista de ciência. Ramón Grosfoguel explica que,

[...] a pretensão é que o conhecimento produzido por homens de cinco países tenha o mágico efeito de apresentar uma capacidade universal: suas teorias são supostamente suficientes para explicar as realidades sócio históricas do restante do mundo. Como resultado, nosso trabalho na universidade ocidentalizada é basicamente reduzido a aprender essas teorias oriundas da experiência e dos problemas de uma região particular do mundo, com suas dimensões espaciais/temporais muito particulares e “aplicá-las” em outras localizações geográficas, mesmo

que as experiências espaciais/temporais destas sejam completamente diferentes daquelas citadas anteriormente (GROSFOGUEL, 2016, p. 27).

Como se não bastasse, essa pretensão universalista do saber causa também, entre outras situações, constrangimento e violência; e foi isso que eu senti na pele quando das muitas formas e tentativas de silenciamento da minha voz e da minha escrita no espaço acadêmico.

As consequências dessa violenta lógica científica são tão intensas, que mesmo hoje, cursando doutorado em um programa que melhor acolhe as minhas inquietações e demandas, eu ainda me pego rememorando os ecos daqueles discursos ruidosos que um dia insistiram em me tolher.

Na verdade, levou um tempo para que eu tivesse entendimento sobre o que havia realmente acontecido comigo por ocasião do curso de mestrado. Eu precisei me afastar, sair do olho do furacão, buscar ampliar as leituras sobre decolonialidade, ouvir experiências outras para ter a devida compreensão de que eu fora acometida pelo que eu, hoje, entendo por violência epistêmica. Me deparando com os escritos do professor Ramón Grosfoguel, por exemplo, eu entendi que:

[...] esse monopólio do conhecimento dos homens ocidentais tem gerado estruturas e instituições que produzem o **racismo/sexismo epistêmico**, desqualificando outros conhecimentos e outras vozes críticas frente aos projetos imperiais/coloniais/patriarcais que regem o sistema-mundo (GROSFOGUEL, 2016, p. 25, grifo próprio).

Esse “racismo/sexismo epistêmico” do qual se refere o professor Grosfoguel atravessa os corpos as e mentes de muitas das mulheres racializadas que estão inseridas nas instituições políticas ou acadêmicas. A violência epistêmica inflige, principalmente, mulheres, pessoas racializadas e não heteronormativas, pois esses arautos do universalismo colonial científico estão sempre embebidos por fontes de normativa patriarcal, preconceituosa e racista.

O meu caso é apenas um exemplo em um universo de depoimentos de racializadas mulheres que sentiram nas suas escuras peles o aparato do racismo institucional. Sueli Carneiro, uma mulher expoente em questões de racialidade no Brasil e no mundo, não escapou de ter sido acometida por tal violência em sua trajetória acadêmica. Em seu curso sobre Dispositivo de Racialidade, a filósofa, escritora e ativista do movimento social negro, relatou:

Eu abandonei a pós-graduação por várias dificuldades para poder trabalhar temas raciais na Universidade, naquele momento que era muito mais complicado do que hoje – embora hoje continue sendo muito difícil, como atestam as dificuldades que nossos estudantes enfrentam nas universidades (ausência de bibliografia, desestímulos à investigação, desautorização dos nossos temas que a gente traz). [...] é

toda uma estratégia de afirmar sistematicamente que aquele universo não nos pertence, que nós não cabemos, confortavelmente, ali dentro e, menos ainda, que os nossos temas tenham relevância (a não ser que nós vejamos objeto da investigação de acadêmicos brancos) [...] então, um conjunto de dificuldades se interpuseram de forma que eu abandonei a pós-graduação [...] (SESC DIGITAL, 2024).

A filósofa continua seu relato explicando que após abandonar a pós-graduação, o ativismo negro acabou a cooptando em caráter definitivo, de modo que a intenção inicial de continuar sua trajetória acadêmica só iria acontecer cerca de vinte anos mais tarde.

Outro exemplo, se dá em uma entrevista com mulheres indígenas e acadêmicas sobre feminismo indígena, na série *O Que Querem as Mulheres?* de Heloísa Buarque de Hollanda. No episódio *Feminismo Indígena*, a entrevistadora pergunta em determinado momento às suas entrevistadas: “a experiência de vocês três na universidade, como é?” ao que a geógrafa e poeta Márcia, mulher indígena do povo Kambeba, responde:

Nossa! São experiências diferentes, mas são todas dolorosas. Quando eu entrei na Universidade, no mestrado, eu ouvi [vou falar mesmo] da minha orientadora, que meu conhecimento era incipiente para eu estar naquele nível de mestrado. Troquei de orientação [nunca falei isso, estou falando isso agora] e tive que fazer toda pesquisa de novo em um ano (CANAL BRASIL, 2021).

Os relatos de violência continuam. A professora e historiadora Marize Vieira de Oliveira, mulher indígena da etnia Guarani relata:

[...] eu não nasci na aldeia, então quando eu fui pra Universidade fazer o mestrado – meu mestrado é em educação escolar indígena no Estado do Rio de Janeiro: políticas públicas e racismo institucional – então quando eu levei isso pra dentro do mestrado, na Rural, [...] eu fui ao banheiro. Quando eu fui ao banheiro veio uma professora que também era aluna do mestrado, virou pra mim e perguntou assim: você é índio de verdade? Aí, eu olhei pra ela, sorri e perguntei a ela o que é que era pra ela ser índio de verdade? (CANAL BRASIL, 2021).

Os relatos de Márcia Kambeba e Marize de Oliveira revelam, escancaradamente, como o racismo opera dentro do ambiente institucional acadêmico. Primeiro duvida-se de haver capacidade intelectual por parte de uma mulher indígena para produzir ciência, afinal, para a lógica colonialista aquele corpo racializado não é digno de ocupar aquele espaço. Em seguida, a mentalidade colonialista argumenta que se um corpo e mente indígena ocupa aquele espaço moldado pela e para a branquitude, não é possível que esse corpo seja de “um índio de verdade”.

O nível de racismo é tão absurdo que essas violências são constante e deliberadamente verbalizadas em direção à essas racializadas mulheres, por muitos de seus próprios colegas e professores, sem nenhum pudor.

Para compreender melhor essa tendência normativa de dominação do pensamento nas instituições acadêmicas, o sociólogo Ramón Grosfoguel (2016) cita o que ele denomina de “privilégio epistêmico”, que consiste em legitimar teorias coloniais de experiências sociais, históricas e políticas dos países dominantes, a fim de formar uma episteme universal da ciência. Grosfoguel afirma que,

[...] O privilégio epistêmico dos homens ocidentais sobre o conhecimento produzido por outros corpos políticos e geopolíticas do conhecimento tem gerado não somente injustiça cognitiva, senão que tem sido um dos mecanismos usados para privilegiar projetos imperiais/coloniais/patriarcais no mundo (GROSFOGUEL, 2016, p. 25).

Diante desses depoimentos, torna-se urgente o rompimento com esse privilégio epistêmico dominante nas estruturas acadêmicas em que são pautadas a essência do saber, da ciência e da vida. Não podemos nos conformar com a ideia de uma ciência encerrada em uma uniformidade de saberes, uma vez que a filosofia humana é altamente diversa. Para tanto, é necessário realizar uma “reparação epistemológica” (Felisberto, 2020, p. 167) da metodologia científica, a qual só pode ser viabilizada através da disputa narrativa de mentes e corpos racializados que tencionam o *modus operandi* colonialista de produção de conhecimento científico.

ESCREVIVÊNCIA E REPARAÇÃO

“Eu não nasci rodeada de livros, eu nasci rodeada de palavras”
(Conceição Evaristo, 2024).

A frase de Conceição Evaristo é o retrato de muitas de nós, mulheres racializadas, que cresceram cercadas pelas histórias de nossas mães, avós, tias e, até vizinhas, como é muito comum na nossa cultura na Bahia. Em especial, na minha família, a cultura da oralidade é legada, especialmente, às mulheres. Talvez isso se dê pois, assim como as histórias, as mulheres da minha família são muitas.

Na minha infância, praticamente todos os fins de semana íamos para a casa da minha avó e uma das premissas era ouvir as muitas histórias enquanto todas as irmãs estavam reunidas. A minha avó materna era uma mulher nascida no Recôncavo Baiano. Como costumamos dizer, ela era uma mulher “arretada”, mas que, infelizmente, não teve a possibilidade de ser escolarizada. A herança de uma sociedade escravista, fez com que minha avó, precisasse trabalhar ainda muito nova, pois disso dependia a sua sobrevivência.

Assim como muitas mulheres negras de sua geração, a minha avó se alfabetizou com a ajuda das filhas, as quais ela fez questão que estudassem e se formassem. Minha avó nunca esteve rodeada de livros, tampouco se utilizava da escrita por não ter intimidade com a mesma, mas decerto não lhe faltavam as palavras. Ela nunca se

ressentiu da sua condição, talvez, porque considerasse que a oralidade não é a ausência ou insuficiência da escrita, mas é a força da palavra em movimento no pensamento e na voz (Célia Xakriabá, 2024).

A história de vida da minha avó materna, se confunde com as de tantas mulheres negras e indígenas, que mesmo nas cozinhas e lavanderias das casas de suas “patroas”, fizeram das suas potências vocais não apenas um ato de afetividade, mas, também, a sua arma de denúncia e resistência. Os ecos da poesia vocal (Zumthor, 2007) emitidas por minha ancestral, ainda emanam fortemente em minha memória e minha escrita.

Ao longo de sua trajetória acadêmica, a escritora Conceição Evaristo elaborou o conceito de Escrevivência baseado na oralidade e nas experiências de vidas marcadas pelas inúmeras violências perpetradas pela lógica da supremacia racial. Para Evaristo, existe, na Escrevivência, um processo criativo que só é possível ser transmitido, através das experiências e intuições de racializados corpos. A escritora explica:

Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão sob o controle dos escravocratas [...]. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais (EVARISTO, 2020, p. 30)

Para Evaristo, a Escrevivência se dá num ímpeto de libertação do acúmulo do silenciamento de racializadas vozes, asfixiadas pela sistemática opressão colonizadora que fere corpos, silencia vozes e sufoca epistemes. É como se a escrita dessas racializadas mulheres apontasse para um caminho sobremaneira libertário.

Ainda segundo a autora, a gênese da ideia de Escrevivência, no sentido mais profundo do conceito, abriga algo de histórico e ancestral, que não se esgota na pessoa que escreve, mas que se transforma num processo de narrativa coletiva.

Escrevivência surge de uma prática literária cuja autoria é negra, feminina e pobre. Em que o agente, o sujeito da ação, assume o seu fazer, o seu pensamento, a sua reflexão, não somente como um exercício isolado, mas atravessado por grupos, por uma coletividade (EVARISTO, 2020, p. 38).

Escrevivência é, portanto, a “escrita de nós” (Nunes, 2020, p. 12). Nós, cuja existência esteve ameaçada desde o exitoso e nefasto projeto de colonização.

Escrevivência é se utilizar da escrita, ferramenta que por muito tempo nos foi negada, para contar a nossa versão da história; e é nesse sentido que penso ser, a Escrevivência, um caminho de justiça e reparação epistemológica quando se trata de fazer ciência.

Embora o conceito de Escrevivência tenha sido elaborado, primordialmente, para o universo contemporâneo literário de poesia, ficção e romance – principais categorias literárias das obras de Conceição Evaristo – intencionalmente, pretendo tomar emprestado o mesmo conceito para aplicar no contexto de pesquisa acadêmica.

A professora Fernanda Felisberto (2020) explica que existe um projeto decolonial sendo forjado nas produções científicas brasileiras e não apenas defende, como, incentiva a Escrevivência enquanto método de escrita acadêmica.

A professora argumenta que:

[...] construir novas latitudes teóricas tem sido uma reparação epistemológica e uma verdadeira revolução, e o percurso de trazer as Escrevivências para o mesmo pódio dos outros gêneros de textos acadêmicos concede a distinção de convocar a autoria a se fazer presente em primeira pessoa, sem modalizadores, fazendo com que essas novas produções sejam textuais, mas também sensoriais, pois têm som, têm cheiro, têm paladar, têm aconchego, mas também têm dor, e expurgar a dor é fazer as pazes com o presente (FELISBERTO, 2020, p. 173).

Além de expurgar nossas tantas dores, se valer da Escrevivência, enquanto método de pesquisa científica é romper com a lógica epistemológica colonial que insiste em pautar a ciência e a vida. Não é razoável que em pleno século XXI, com a compreensão existente a respeito da diversidade e alteridade humanas, tenhamos que recorrer à uma metodologia universalizante de pesquisa científica que produz amarras epistemológicas e nos impedem de ampliar os parâmetros científicos.

Desse modo, penso que se faz necessário realizar um genuíno movimento de reparação epistemológica que contrapõe o método universalista de pesquisa outrora cunhado pela escola científica positivista, no intuito de ampliar perspectivas que façam real sentido na representação de realidades diversas; e a Escrevivência, através da sua concepção de raça, classe e gênero parece ser um excelente caminho para tal.

“EM DIREÇÃO À VOLTA”

O universo de produção de conhecimento científico é implacável no empenho da manutenção de sua hegemonia colonialista. A desconsideração da diversidade epistemológica dentro dos espaços políticos e acadêmicos tem sido um projeto insistente e perverso, cujo esfacelamento não parece próximo.

No ofício historiográfico, onde me encontro atualmente, não é diferente. A História, enquanto artifício científico, ainda que esteja inserida nas ciências humanas, flerta com a mesma escola positivista que tantas outras ciências naturais. A linearidade temporal do ocidente, na qual, a área de conhecimento da História está fincada, nada tem a ver com a noção do tempo e da história em que se insere a cosmovisão originária.

Certo dia, tive a oportunidade de ouvir a sabedoria ancestral de Daniel Munduruku num evento em Curitiba, onde ele sabiamente falou:

[...] o ocidente enxerga o tempo de forma linear: o passado, o presente e o futuro [...] O ocidente entende o tempo a partir de um objeto: o relógio. O relógio é um objeto que sempre corre pra frente. [...] O tempo indígena, não é o tempo do relógio. O tempo indígena é o tempo da natureza (Daniel Munduruku, 20/06/2024)².

Como não considerar a sabedoria originária quando se trata de tomar o leme de nossa ontologia em direção à volta? “o conhecimento dos povos e comunidades tradicionais são, também, conhecimentos científicos” (Sônia Guajajara, 11/01/2023) e tenho dito em minhas andanças acadêmicas que não há como ter produção historiográfica comprometida com a tradição dos oprimidos que não passe pela desconstrução do ofício historiográfico.

Se apropriar do conceito de Escrevivência como uma alternativa de metodologia científica, torna-se um ato de reparação epistemológica na medida em que reconhece saberes e escritos subalternizados enquanto científicos ousando inserir esses saberes no cerne da discussão acadêmica e ampliando o alcance da ciência.

Nesse sentido, tomo emprestado, também, as sábias palavras da primeira doutora indígena em antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, Célia Xakriabá, que por ocasião de sua defesa de tese, afirmou ser preciso reflorestar a política e as universidades, afinal:

[...] Cada um de nós, pode ser um cientista, juntos nós somos a ciência. cada um de nós pode ser um universitário, mas, juntos [...] podemos ser a Universidade. [...] Cada um de nós pode ser um ser humano, juntos nós somos a humanidade” (Célia Xakriabá, 2024)³.

² Palestra realizada no II Festival da Palavra de Curitiba realizado entre os dias 17 a 22 de junho de 2024.

³ Discurso na íntegra disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/11/leia-a-integra-do-discurso-da-ministra-sonia-guajajara.htm>

REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. Tradução: Edna de Marco. *Estudos Feministas*. Ano 8, 1º semestre, p. 229-236, 2000.

BRITO, Maria da Conceição Evaristo de. Poemas malungos – Cânticos irmãos. *Tese (Doutorado em Letras)* – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro: Instituto de Letras, 2011.

CANAL BRASIL, Feminismo Indígena | O Que Querem as Mulheres? YouTube: transmitido ao vivo: 21 de setembro de 2021. Duração: 26min33seg disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uZvNpKn0lfg&t=963s>. Acesso em 19 de maio de 2024.

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. *Tese (Doutorado em Educação)* – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARVALHO, José Jorge de. Encontro de Saberes: para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. In: Joaze Bernardino-Costa; Nelson Maldonado-Torres; Rámon Grosfoguel (Orgs). Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico. Editora Autêntica (Coleção Cultura Negra e Identidades), 2 ed., Belo Horizonte, 2024.

CIMI. Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil: Dados de 2023. Conselho Indigenista Missionário. 21.ed. - Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 2024.

EVARISTO, Conceição. A Escrevivência e seus subtextos. In: Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Organização: Constância Lima Duarte e Isabella Rosado Nunes. ilustrações Goya Lopes. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FELISBERTO, Fernanda. Escrevivência como rota de escrita acadêmica. In: Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Organização: Constância Lima Duarte e Isabella Rosado Nunes. ilustrações Goya Lopes. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

GIL, Gilberto. Eu vim da Bahia. Álbum: Eu vim da Bahia sim, foi você. Intérprete: Maria da Graça. Gravadora RCA Victor, faixa 1 (2'55"). Rio de Janeiro, 1965.

GROSFOGUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*. Traduzido por Fernanda Miguens, Maurício Barros de Castro e Rafael Maieiro. Revisão: Joaze Bernardino Costa., vol.31, n.1, p. 25-49. 2016.

JABLONKA, Ivan. *A história é uma literatura contemporânea: manifesto pelas ciências sociais*. Tradução: Verónica Galindez. Coleção Tempo Agora. Brasília: Editora UNB, 2020.

MILLS, Charles W. *O Contrato Racial*. Edição comemorativa de 25 anos. Tradução: Teófilo Reis e Breno Santos. Rio de Janeiro: 1^a edição, Zahar, 2023.

NUNES, Isabella Rosado. Sobre o que nos move, sobre a vida. In: *Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Organização: Constância Lima Duarte e Isabella Rosado Nunes. ilustrações Goya Lopes. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

OLIVEIRA, Marcos de Jesus; OSMAN, Elzahrā Mohamed R. O. *Biopoder e Colonialidade: aproximações entre a genealogia do poder em Michel Foucault e o projeto epistêmico decolonial*. Dissertatio [57] 162-187 | 2023.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, Quilombos: modos e significações*. Edição: José Jorge de Carvalho. Realização: INCTI, UnB, CNPq, MCTI. Brasília, 2015.

SESC DIGITAL. *Dispositivo de Racialidade*. Plataforma digital: EAD SESC – Serviço Social do Comércio, São Paulo. Lançamento do Curso: 20 de novembro de 2024. Disponível em https://ead.sesc.digital/cursos/courses-v1:sescsaopaulo+c022+2024_dispositivo/sobre

ZUMTHOR, Paul. *Performance, Recepção, Leitura*. Tradução: Jerusa Pires Ferreira e Sueli Fenerich. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

NOTAS

AUTORIA

Saroni Melo Pimentel

Doutoranda em história pela Universidade Federal do Paraná no Programa de Pós-Graduação em História (UFPR) na linha de pesquisa *Intersubjetividade e Pluralidade: reflexão e sentimentos na História*; Mestra em Turismo pela Universidade Federal do Paraná no Programa de Pós-Graduação em Turismo (UFPR) e Bacharela em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

E-mail: saronimel@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-2521-8693> 